

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSAD
Nº 01 – 23/01/2026

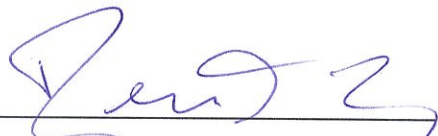
Às 14:19h (quatorze horas e dezenove minutos) do dia 23 de janeiro 2026, na sede do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis – ANGRAPREV, demos início à 1ª reunião ordinária do Conselho de Administração no ano de 2026, estando presentes os membros do CONSAD, designados pelos decretos do Poder Executivo Municipal nº 12.350/2021, nº 12.818/2022, nº 14.226/2025 e nº 14.450/2025, o Presidente do Instituto Sr. Carlos Renato Pereira Gonçalves, membro nato e os membros titulares Sr(s) Natália Cristine Dourado Rodrigues, Mayara do Nascimento Rosa, Charlson Haroldo S. Rodrigues, Mauro Ribeiro Garcia, André Gonçalves Malcher, Jorge Batista Fernandes e Daniele Oliveira Brandao de Souza. Reuniram-se na sala de reuniões deste Instituto com o objetivo de discutir e analisar a seguinte pauta: **1 – FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DE GESTÃO: 1.1 – Examinar as atas das reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos; 1.2 – Acompanhar a execução dos investimentos; 1.3 – Aprovar Relatório de Investimento mês dezembro/2025; 1.4 – Aprovar a Política de Investimentos para o ano de 2026. 2 - DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: 2.1 – Desmembramento das Demonstrações Financeiras do mês de dezembro/2025; 3 – RELATÓRIOS: 3.1 – Gestão Financeira; 3.2 – Pensões e Aposentadorias concedidas em dezembro/2025; 3.3 – Aprovação do Relatório do Controle Interno dezembro/2025; 3.4 – Aprovação do Relatório Anual de Trabalho da Controladoria Interna – 2025; 3.5 – Aprovação do Relatório de Gestão de Riscos – 4º Trimestre/2025; 3.6 – Ciência do Relatório de Ouvidoria – 4º Trimestre/2025; 3.7 – Ciência do Quadro de servidores do Instituto; 3.8 – Apresentação Institucional.** A presente reunião tratou de repassar ainda os informes mensais. Iniciada a reunião, o Diretor-Presidente do Instituto, Sr. Carlos Renato, cumprimenta a todos, apresenta o novo conselheiro, Sr. Jorge Batista Fernandes, membro titular, representante dos servidores inativos e destaca a importância do acompanhamento contínuo das ações institucionais e do conhecimento integral dos temas tratados no âmbito da administração. Na oportunidade, o Conselheiro agradeceu a confiança depositada e afirmou seu compromisso em atuar com responsabilidade, transparência e dedicação no exercício de suas atribuições no âmbito do Conselho de Administração. Após, passa a palavra a Secretária do Conselho, Sra. Mayara Rosa, e esta dá andamento a pauta da reunião. No **1º item** da pauta foram apreciadas as atas da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos. Iniciamos a apreciação de 02 (duas) atas das reuniões da Diretoria Executiva, realizadas em 18 de novembro de 2025 (ata de nº 11/2025) e de 16 de dezembro de 2025 (ata de nº 12/2025), as quais versaram sobre: Nova Lei do Angraprev, Apreciação e Aprovação do Plano de Capacitação 2026, Café do Pagamento e Informes Gerais. Em sequência foi apreciada uma ata de Reunião do Conselho Fiscal, realizada em 18 de dezembro de 2025 (ata de nº 12/2025) onde versou sobre: Conhecer o Plano Anual de Trabalho (Plano de Ação) para o exercício anual seguinte; Acompanhar as modificações normativas e regimentais do ANGRAPREV, da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e Comitê de Investimentos; Avaliar eventual necessidade de alteração do Regimento Interno do Conselho; Tomar conhecimento das atas do Comitê de Investimentos; Examinar os créditos a receber em atraso, se houver; Conhecer os pareceres e relatórios emitidos pela Controladoria Interna sobre as demonstrações contábeis; Avaliar a aplicação do Código de Ética, a sua disponibilidade aos servidores, à administração, prestadores de serviços e fornecedores, bem como a realização de treinamento periódico sobre o assunto; Acompanhar pendências demandadas pelo conselho; Acompanhar a adimplência e compromissos financeiros, bem como a regularidade

junto à Receita Federal, Estadual e Municipal, Dívida Ativa da União, CRP, INSS e FGTS. Em sequência foi apreciada uma ata de reunião do Comitê de Investimentos, realizada no dia 17 de dezembro de 2025 (ata de nº 20/2025), a qual versou sobre: 1) Aprovação da Política Anual de Investimentos para o exercício de 2026; 2) Análise e aprovação do Relatório Analítico de Investimentos referente ao mês de novembro de 2025; 3) Aplicação do recurso oriundo do vencimento da Letra Financeira LF-LF0023087J6 do Banco BTG Pactual S.A. Passando para os **subitens 1.2, 1.3 e 1.4**, tivemos a participação do Sr. Matheus Fernandes, Assessor de Investimentos que apresentou, para aprovação, os seguintes documentos: Resumo sobre o resultado dos investimentos em 2025; Relatório de Investimento mês dezembro/2025; Política Anual de Investimentos par 2026 (revisada). Foi apresentada aos conselheiros a síntese dos resultados da carteira de investimentos do AngraPrev no exercício de 2025, destacando-se que a meta atuarial estabelecida, correspondente a 9,65% (IPCA + 5,17%), foi superada, com rentabilidade acumulada em 13,05% no período, o que representa um atingimento de 135,24% da meta estabelecida para o ano de 2025. Informou-se, ainda, que a Política de Investimentos já havia sido apresentada e aprovada na reunião anterior, tendo sido necessária apenas sua revisão em razão da publicação da Resolução CMN nº 5.272/2025, em 18 de dezembro de 2025, na mesma data da reunião de dezembro. Esclareceu-se que, para o Instituto, que já se encontra no nível máximo de certificação pró-gestão, as alterações normativas não geraram impactos relevantes na estratégia adotada, sendo realizados apenas ajustes de adequação formal aos novos requisitos e categorizações. Entre as principais alterações trazidas pela nova resolução, destacou-se a vedação, a partir de sua vigência, de aplicações em fundos que possuam mais de 50% de seus recursos oriundos de RPPS. Ademais, ratificou que, mesmo após a revisão conforme nova Resolução CMN, foram mantidas as "travas" na PAI 2026 do AngraPrev, como por exemplo a vedação em aplicações de certos tipos de fundos, como fundos imobiliários e fundos que não atendam ao tempo mínimo de constituição – de 36 meses, conforme deliberado pelo comitê e explicitado na política de investimentos. Ressaltou-se que a nova norma estabelece prazo de adaptação de 2 anos para os enquadramentos necessários. O Sr. Carlos Renato ressaltou que o Instituto vem adotando estratégia de imunização da carteira, priorizando a aquisição de títulos públicos com o objetivo de garantir o cumprimento da meta atuarial no médio e longo prazo. Nesse contexto, informou-se que houve tentativa de participação em leilão recente para aquisição desses títulos, sem êxito, estando prevista nova participação em leilões subsequentes, visando ampliar a parcela da carteira destinada a esse fim. Por fim, consignou-se que a política de investimentos do Instituto tem como objetivo central assegurar a sustentabilidade do regime próprio de previdência, garantindo a capacidade de honrar seus compromissos futuros, com atuação pautada por prudência, segurança, liquidez e rentabilidade, adotando uma postura conservadora e defensiva, voltada à preservação do patrimônio previdenciário e à mitigação de riscos. Após as devidas explicações, os referidos relatórios foram aprovados por unanimidade por este Conselho. Passando para o **Item 2** da pauta, tivemos a participação do Sr. Fernando de Moraes, Diretor de Contabilidade e Orçamento do ANGRAPREV, onde apresentou a análise da execução orçamentária do exercício de 2025, destacando-se que as despesas do Instituto mantiveram comportamento estável, sem variações significativas em relação ao planejamento aprovado. A folha de pagamento permaneceu dentro do padrão esperado ao longo do exercício, oscilando entre 71% e 72% das despesas totais, assim como os demais gastos administrativos, incluindo serviços de terceiros, locação de softwares e serviços de consultoria, cujos percentuais se mantiveram compatíveis com exercícios anteriores. Registrou-se, ainda, que o montante liquidado no exercício ficou abaixo do valor inicialmente previsto no orçamento. No que se refere às receitas, informou-se que, no exercício de 2025, o Instituto arrecadou o montante total de R\$ 370.515.458,56, valor já atualizado, composto por contribuições de servidores ativos, inativos, pensionistas, aportes patronais e rendimentos de investimentos. Apresentou-se a composição percentual dessas receitas, evidenciando a participação de cada fonte no total arrecadado. Foi realizado comparativo entre os exercícios de 2024 e 2025, verificando-se crescimento expressivo da arrecadação total, que passou de aproximadamente R\$ 177,9 milhões em 2024 para R\$ 370,5 milhões em 2025, representando incremento de cerca de 557% nas receitas de investimentos e de aproximadamente 27% nas receitas de contribuições em relação ao exercício anterior. Esclareceu-se que parte relevante do resultado dos investimentos foi utilizada para o pagamento de benefícios previdenciários, em razão da atual es-

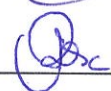
estrutura do plano previdenciário, no qual o Instituto passou a assumir integralmente o custeio dos benefícios de aposentadorias e pensões, diferentemente do modelo vigente no ano de 2024. Destacou-se que, embora o desempenho dos investimentos tenha sido positivo, o resultado final poderia ter sido superior caso não houvesse a necessidade de utilização de parcela dos rendimentos para cobertura dessas despesas. Ressaltou-se que a política de investimentos do Instituto não tem como objetivo a maximização de ganhos financeiros de curto prazo, mas sim o cumprimento da meta atuarial e a garantia do pagamento regular dos benefícios previdenciários, adotando-se estratégia alinhada à sustentabilidade do regime. Nesse sentido, foi enfatizado que o desafio para o exercício de 2026 consiste em manter e, se possível, ampliar o padrão de arrecadação e resultados, sempre observando os limites de risco e as diretrizes legais e atuariais. O Conselheiro Jorge questionou sobre os impactos do quadro funcional de servidores ativos no equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário, especialmente no que se refere a admissões, contratações e demais movimentações funcionais realizadas no âmbito da Prefeitura. Indagou se tais decisões vêm sendo precedidas de estudos técnicos e justificativas consistentes, considerando os efeitos diretos e de longo prazo que essas alterações podem gerar sobre as contas previdenciárias. Em resposta, o Sr. Carlos Renato esclareceu que os impactos decorrentes das decisões relacionadas ao quadro funcional não recaem apenas sobre o regime previdenciário, mas sobre o conjunto das finanças municipais, exigindo planejamento integrado e equilíbrio fiscal. Destacou que a sustentabilidade do Município depende da capacidade de conciliar o custeio das obrigações previdenciárias com a manutenção e o financiamento de políticas públicas essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, ressaltando a importância de decisões responsáveis e planejadas para assegurar a sustentabilidade financeira de longo prazo. Passando para o **Item 3** da pauta, tivemos a apreciação dos relatórios. No **subitem 3.1** apresentou os dados relacionados a gestão financeira da competência dezembro/2025, onde foi analisado os valores referentes a Taxa de Administração, Contribuições Previdenciárias, COMPREV, Parcelamento, Outras Indenizações, Rendimentos, Receitas e Despesas. Sobre a Taxa de administração, fechamos o ano com a utilização de 46,86% do valor total da taxa. Em relação à arrecadação, tivemos 33,51% de retorno de investimentos, 45,83% de contribuições regulares, 10,26% de aportes, 3,03% de parcelamentos, 2,50% de outras receitas, 4,62% de compensação previdenciária e 0,25% de contribuições de servidores afastados. No **subitem 3.2** foi apresentado o quantitativo de benefícios de pensão e aposentadoria no mês de dezembro de 2025, sendo 08 (oito) aposentadorias voluntárias, 02 (duas) aposentadorias por Incapacidade Permanente, 01 (uma) aposentadoria compulsória e 03 (três) pensões civis, totalizando no ano de 2025 a concessão de 178 (cento e setenta e oito) benefícios. Seguindo para os subitens **3.3, 3.4 e 3.5**, tivemos a participação das servidoras Giovanna Valadão e Antônia de Oliveira, da Controladoria Interna do ANGRAPREV. A Controladora Interna iniciou apresentando a nova Coordenadora de Auditoria, a servidora Antônia de Oliveira, dando prosseguimento, a Sra. Giovanna Soares apresentou o Relatório de Gestão de Riscos referente ao 4º trimestre, onde foram destacados os principais riscos avaliados no período, abrangendo as áreas de benefícios, investimentos, diretoria financeira, contabilidade, patrimônio, tecnologia da informação, recursos humanos e ouvidoria. Informou-se que, de modo geral, os riscos apresentaram baixa probabilidade e impactos variando entre baixo e médio, resultando, após a avaliação dos controles internos existentes, em risco residual baixo, não sendo necessária a adoção de ações complementares, com exceção do risco relacionado à troca de bens patrimoniais sem atualização cadastral, que permaneceu com risco residual médio. Sobre esse ponto específico, esclareceu-se que foi elaborado plano de tratamento, a ser detalhado em relatório subsequente, contemplando medidas estruturais e procedimentais para melhoria do controle patrimonial, incluindo reorganização do espaço físico do almoxarifado, de forma a possibilitar a adequada aplicação do método de controle de entrada e saída de materiais. Em seguida, foi apresentada a consolidação do Relatório Anual da Controladoria Interna, reunindo as atividades desenvolvidas ao longo do exercício de 2025. Destacou-se a análise de aproximadamente 83 processos administrativos, abrangendo diversas naturezas, bem como a conferência de 537 Termos de Requisitos Mínimos (TRM). Informou-se também o avanço no mapeamento e manualização de processos, com a criação de novos manuais e atualização dos existentes, reforçando a importância da revisão periódica para fortalecimento dos controles internos. No âmbito da gestão de riscos, registrou-se que, ao longo de 2025, os relatórios foram elabo-

rados trimestralmente, contemplando as principais áreas do Instituto, com planos de tratamento apresentados sempre que identificado risco residual médio ou alto, reforçando o compromisso com a mitigação de riscos operacionais, financeiros e contábeis. Na área de benefícios, foi apresentado o panorama das concessões realizadas em 2025, totalizando 178 benefícios, com destaque para aposentadorias e pensões do Poder Executivo, não havendo concessões para o Poder Legislativo no período. Informou-se que os valores pagos a título de benefícios mantiveram média mensal próxima de R\$ 20 milhões, sem oscilações relevantes ao longo do exercício. Quanto aos investimentos, foi apresentada a evolução da alocação da carteira ao longo de 2025, destacando-se a redução gradual da exposição a investimentos no exterior e o aumento da participação da renda fixa, encerrando o exercício com aproximadamente 75% da carteira alocada em renda fixa e 25% em renda variável, estruturados e imobiliários. Demonstrou-se, ainda, que o retorno acumulado do exercício atingiu 13,05%, superando a meta atuarial de 9,65%, com desempenho superior à meta a partir do mês de agosto. Durante a apresentação, o conselheiro André questionou sobre a forma de projeção da meta atuarial. Em resposta, o Sr. Carlos Renato esclareceu que a meta é calculada com base no IPCA, acrescida do percentual definido em conformidade com as premissas atuariais e normativas vigentes, sendo revista anualmente conforme o cenário econômico e as projeções oficiais. O Conselheiro Charlson questionou se existe algum sistema, base de dados ou outro meio que possibilite o acompanhamento da situação dos investimentos realizados por outros RPPS, especialmente quanto à composição das carteiras e aos resultados obtidos. Em resposta, o Sr. Carlos Renato informou que não há um sistema consolidado com essas informações, mas, manifestou o entendimento de que, considerando o bom desempenho recente do mercado financeiro, é provável que os demais RPPS também tenham apresentado rendimentos positivos em seus investimentos. Complementado, a Conselheira Daniele destacou que há significativa dificuldade no acesso a informações detalhadas sobre os investimentos de outros RPPS, em razão da limitada transparência desses regimes, o que inviabiliza uma análise comparativa mais precisa. Na sequência, foram apresentados os dados de atendimento ao público, destacando-se o volume expressivo de atendimentos presenciais, telefônicos e por e-mail ao longo do exercício. A Conselheira Natália Dourado questionou sobre a metodologia de contabilização desses atendimentos. Em resposta, a Conselheira Mayara Rosa informou que os registros são realizados de forma manual, estando em estudo a adoção de mecanismos mais automatizados, com o objetivo de qualificar os dados, identificar demandas recorrentes e aprimorar a comunicação com os segurados, inclusive por meio de canais digitais e materiais informativos. No que se refere à execução orçamentária de 2025, foram apresentados os dados de receita, despesa e resultado financeiro, destacando-se que os resultados negativos registrados em meses específicos decorreram, principalmente, da oscilação dos rendimentos dos investimentos. Ressaltou-se que as despesas administrativas permaneceram dentro dos limites legais, com execução acumulada da taxa de administração inferior ao teto permitido. Foram ainda apresentados os indicadores de desempenho institucional, esclarecendo-se os critérios de avaliação, bem como as situações em que determinadas metas não foram atingidas em razão de parâmetros excessivamente restritivos. Informou-se que alguns indicadores serão reavaliados e ajustados, de modo a refletir de forma mais adequada a evolução dos processos e a melhoria contínua da gestão. Por fim, foi apresentado o resumo das auditorias realizadas em 2025, abrangendo as áreas previdenciária, patrimonial, arrecadação, tecnologia da informação e administrativa, destacando-se que as recomendações emitidas encontram-se em acompanhamento contínuo. Reforçou-se o compromisso do Instituto com a transparência, o fortalecimento dos controles internos e a adoção de boas práticas de governança, alinhadas ao objetivo institucional de garantir a sustentabilidade do regime próprio de previdência e o pagamento regular dos benefícios aos segurados. Charlson perguntou se tem alguma posição quanto à dívida do Município de Volta Redonda em relação às parcelas do COMPREV e o Sr. Carlos Renato informou que o referido município quitou a dívida. Diante das explicações, o Conselho aprovou, por unanimidade os seguintes relatórios: Relatório do Controle Interno dezembro/2025; Relatório Anual de Trabalho da Controladoria Interna – 2025; Relatório de Gestão de Riscos – 4º Trimestre/2025. Prosseguindo para os itens **3.6, 3.7 e 3.8**, foram analisados o Relatório do 4º Trimestre da Ouvidoria, o quadro de pessoal e o novo organograma do Instituto. Na ocasião, o Presidente do Instituto informou sobre a publicação da Lei do ANGRAPREV nº 4.542/2025, ocorrida em 29 de dezembro de 2026, a qual tornou

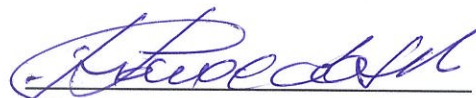
necessária a adequação da estrutura, destacou-se o rearranjo entre os setores de Contabilidade e Controle Interno, a criação do Departamento de Tecnologia da Informação e da Superintendência Previdenciária. Informou também que já foi encaminhada para a Secretaria de Governo a Minuta de Nomeação e Recondução dos conselheiros, a qual encontra-se em fase de publicação no Boletim Oficial do Município e que após será realizada breve solenidade institucional para a diplomação dos conselheiros. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, eu, Mayara do Nascimento Rosa, secretariei e lavrei a presente ata, às 16:15 (dezesseis horas e quinze minutos), que após lida, será assinada pelos presentes.



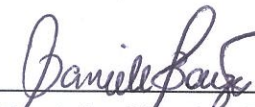
Carlos Renato Pereira Gonçalves
Certificação: CP RPPS DIRIG I



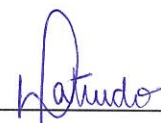
Mayara do Nascimento Rosa
Certificação: CP RPPS CGINV I /
CP RPPS DIRIG I



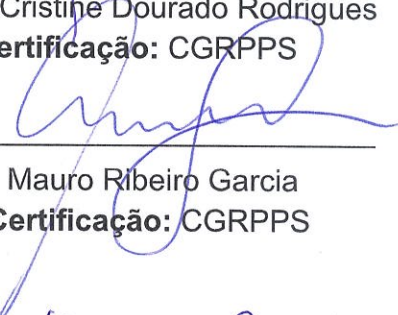
Charlson Haroldo S. Rodrigues
Certificação: CP RPPS CGINV I



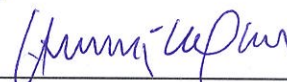
Daniele Oliveira Brandao de
Souza



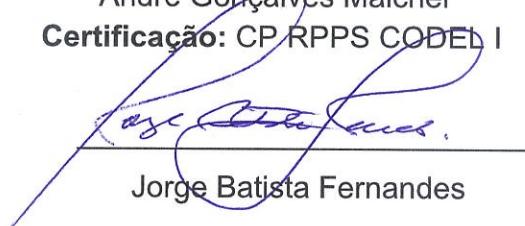
Natália Cristine Dourado Rodrigues
Certificação: CGRPPS



Mauro Ribeiro Garcia
Certificação: CGRPPS



André Gonçalves Malcher
Certificação: CP RPPS CODEL I



Jorge Batista Fernandes